

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 7 DE SETEMBRO DE 2002

Meu caro Ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que é nosso Ministro da Justiça; Senhora Ministra Interina da Educação, aqui presente; Senhor Paulo Sergio Pinheiro, Secretário de Estado dos Direitos Humanos; Senhora Secretária de Estado da Assistência Social; Senhores Membros do Conselho dos Idosos; Senhoras e Senhores,

Esta é a última vez que tenho o privilégio de participar, como Presidente da República, da celebração da nossa Data Nacional. É um dia de lembrança de tantas realizações históricas. É também, como tenho frisado sempre, um dia de reflexão sobre nossos projetos e nossos problemas como nação.

A soberania vem acompanhada de um dever de reflexão, de pensamento crítico. Só assim a soberania pode traduzir-se na mais autêntica independência nacional, a independência de um povo que é capaz de discutir, com serenidade e com entusiasmo, os valores que definem sua identidade e a distância que ainda falta avançar para que esses valores se realizem. O Brasil de hoje faz isso, e o faz de forma amadurecida, como

um país que quer usar sua liberdade para encontrar respostas reais ao problema da justiça social e do desenvolvimento econômico.

As próximas eleições serão uma demonstração desse amadurecimento de nossas instituições. Será um processo com cerca de 115 milhões de eleitores, com total liberdade de palavra e de organização, com a mais completa lisura nos procedimentos. É algo de que todos os brasileiros podem orgulhar-se. Sabemos que em todo esse processo há uma grandeza cívica e republicana: a grandeza de um país que delibera sobre seu próprio destino.

Falei do 7 de Setembro como um momento de reflexão.

Não é por outra razão que, desde meu primeiro ano de governo, tenho dedicado esta ocasião sobretudo aos temas dos direitos humanos e da educação. Hoje, estamos aqui reunidos para dar posse aos novos membros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Em alguns instantes, vamos nos reunir com um grupo de estudantes.

É uma demonstração de que o Brasil, país jovem e de jovens, começa a valorizar mais os seus idosos e começa a perceber uma mudança em seu perfil demográfico.

O último censo registrou uma população de aproximadamente 15 milhões de pessoas acima de 65 anos. Não hesito em dizer que a valorização do idoso é um dever fundamental em qualquer sociedade. Por isso, é com muita satisfação que dei posse, há poucos instantes, aos membros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. O idoso tem preocupações e necessidades específicas. Elas precisam ser atendidas pela sociedade, pela família e, sempre que necessário, pelo Estado, porque o que está em jogo não são vantagens ou privilégios, mas direitos fundamentais.

A partir desse Conselho, será possível irradiar para todas as políticas públicas os pontos de vista e as reivindicações do idoso. É um progresso de grande significado, que se acrescenta a outros que soubemos conquistar nesses últimos anos.

Nesses últimos oito anos, fizemos dos Direitos Humanos, de fato, uma política de Estado. Não é uma realização pessoal. É o resultado de um esforço coletivo, que envolve uma parceria com a sociedade civil e

que se fortaleceu com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Quero expressar meu reconhecimento pela liderança do nosso Secretário de Estado, Professor Paulo Sergio Pinheiro. E também não posso deixar de lembrar aquele que o antecedeu e depois foi Ministro da Justiça, que é o Embaixador José Gregori.

A defesa dos direitos e liberdades fundamentais é uma luta cotidiana. E os problemas são muitos, em todo o mundo, e também no Brasil – e não há que esconder os problemas, e, sim, denunciá-los, discuti-los e atuar para resolvê-los. Mas há também avanços; fizemos avanços importantes.

Há poucos meses, o Brasil tornou-se parte do Tribunal Penal Internacional. Neste momento, estamos participando em Nova York da primeira reunião dos Estados-membros do Tribunal. Esse encontro está definindo questões essenciais para o Tribunal Penal Internacional. É mais uma mostra de que o Brasil se encontra, hoje, na primeira linha dos esforços para a proteção dos Direitos Humanos.

Fizemos um gesto que pouquíssimos países até agora realizaram: estendemos um convite aberto e permanente a todos os relatores das Nações Unidas na área de Direitos Humanos para que visitem o Brasil.

A nossa política é, portanto, uma política de abertura e transparência. Mas não basta a transparência. É preciso impulsionar o progresso com medidas positivas. Foi o que fizemos, por exemplo, com a política de eliminação do trabalho infantil. E a Dra. Wanda Engel, que está aqui presente, impulsionou esse trabalho, esse programa.

Foi o que fizemos na saúde pública, no desenvolvimento de um programa de atendimento gratuito e universal aos portadores do vírus HIV. Esse programa é, hoje, reconhecido internacionalmente e tido como modelo para outros países.

Foi o que fizemos com a criação do primeiro Programa de Ações Afirmativas e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Hoje, já temos um programa para a concessão de 20 bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia a candidatos afro-descendentes. E foi com emoção que eu tive conhecimento de que já há 403 candidatos inscritos para essas bolsas.

Esta semana, tive a grata alegria de receber a notícia de que o Professor Roberto Martins, aqui presente, Presidente do Ipea, foi eleito para um grupo de trabalho sobre afro-descendentes nas Nações Unidas. Dificilmente haverá alguém mais habilitado para isso, pois o Professor Roberto Martins está entre os que mais contribuíram para a pesquisa sobre a desigualdade racial em nosso país.

Temos feito esforços decisivos também para eliminar as chamadas formas contemporâneas de escravidão. São práticas de exploração que se baseiam em desigualdades econômicas para impor formas de dominação pessoal. São práticas inaceitáveis.

Quero agradecer, neste ponto, ao Professor José de Souza Martins, meu consultor especial, que tem dado uma contribuição extraordinária para a eliminação dessas práticas, tanto no Brasil como no âmbito das Nações Unidas.

Estamos fortalecendo, igualmente, a proteção às comunidades indígenas. Um passo muito significativo a esse respeito foi a ratificação pelo Brasil, em julho último, da Convenção 169, da OIT, que era uma reivindicação de longa data de expressivos setores de nossa sociedade.

Em 1995, quando assumi o Governo, tínhamos 48 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas. Hoje, já atingimos 87 milhões e, se tivermos sorte e empenho, até o final de meu mandato, poderemos chegar a 100 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas, ou seja, quase o triplo do que encontramos no início, aqui.

O Brasil continua a lutar, ao mesmo tempo, contra a prática da tortura, que infelizmente ainda não é um capítulo encerrado em nossa História – mas lutamos, precisamente, para que seja.

Em julho, enviei ao Congresso a proposta de que o Brasil aceite o processo de petições individuais previsto na Convenção contra a Tortura. Fizemos algo semelhante no esforço de eliminação da discriminação contra a mulher. Ratificamos o protocolo facultativo que possibilita a apresentação de petições individuais, além de termos criado a Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher.

Serão esses novos elementos a reforçar a responsabilidade do Estado brasileiro – responsabilidade que é inseparável da soberania e da inde-

pendência, porque nenhum país será verdadeiramente independente se seus cidadãos não forem livres e não tiverem respeitados os seus direitos fundamentais.

Hoje, os brasileiros podem cantar com alegria o belo verso de nosso Hino da Independência: “Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil.”

Muito obrigado.